

Notícias: Notícia

 2002 - novembro - 29

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA AGILIZA (AINDA MAIS) PROCESSOS NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE SÃO PAULO



Entra em funcionamento na próxima segunda-feira (2/12), no Juizado Especial Federal de São Paulo, a intimação eletrônica. O novo procedimento vai proporcionar significativos avanços no andamento dos processos que discutem causas previdenciárias e assistência social.

Com a intimação eletrônica, o oficial de justiça não precisará mais se deslocar até o endereço do réu (INSS) para entregar pessoalmente a intimação, a remessa será feita via computador, ou seja, on-line. O próprio juiz, ao proferir uma decisão, enviará a intimação por e-mail. Em seguida, o sistema emitirá uma notificação, também eletrônica, confirmando o recebimento do e-mail pelo réu. A partir daí, o prazo já começará a ser contado pela Justiça.

Com isso, todos os procedimentos do JEF de São Paulo passam a ser eletrônicos, desde a citação das partes, via correio eletrônico, até a assinatura dos documentos, que é digitalizada no ato das audiências.

Segundo a juíza federal Leila Paiva, presidente do JEF de São Paulo, as vantagens do novo sistema são enormes, já que com ele "o andamento dos processos será mais ágil, além de ter reduzido os custos operacionais e administrativos".

Para o desembargador Márcio Moraes, presidente do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, "apenas a instalação do Juizado Especial não seria suficiente para dar uma resposta rápida a todos os jurisdicionados. Foi preciso instalá-los numa estrutura especial, caso contrário, em pouco tempo teríamos um acúmulo de processos".

Como funciona o Juizado Especial Federal Previdenciário

Inaugurado em 14 de janeiro de 2002, o Juizado Especial de São Paulo é responsável especificamente pelas causas previdenciárias e assistência social que discutam valores de até 60 salários mínimos. O prazo de tramitação dos processos que correm no Juizado é inferior ao dos ritos ordinários, ou seja, não há prazo diferenciado para qualquer ato processual ou interposição de recursos.

O cidadão que procurar o Juizado Especial será orientado por funcionários especializados em assuntos previdenciários, podendo obter informações mais rápidas e seguras. Os casos que vierem a ser realmente da Justiça Federal, terão a audiência de conciliação marcada no mesmo dia, para dali 30 dias.

Se as partes entrarem em acordo na própria audiência de conciliação, esse acordo é homologado, no ato, por sentença, por um dos juízes federais que integram o Juizado Especial Previdenciário. Se uma das partes, ou as duas partes, faltar na audiência, o juiz profere a sentença no mesmo dia. Caso não haja acordo, a ação será encaminhada para a audiência de instrução e julgamento, onde um juiz federal poderá julgá-la no mesmo dia.

A sentença é sempre proferida com o respectivo valor da condenação, e dela cabe recurso. Após a sentença final, o pagamento é feito em até 60 dias, mediante ordem do juiz à agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil.

Esta notícia foi visualizada 88 vezes.

Notícias: Notícia

 2002 - novembro - 29

JUÍZA DO TRF3 É ESCOLHIDA PARA CONCORRER A VAGA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL



A desembargadora federal Sylvia Steiner, do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, foi escolhida hoje (29/11) pelo governo brasileiro para concorrer a uma das 18 vagas de juiz do Tribunal Penal Internacional (TPI). A eleição será realizada no período de 3 a 7 de fevereiro de 2003, na sede da ONU em Nova Iorque.

“Encaro esta indicação como um reconhecimento de mais de 30 anos de trabalho e militância na defesa dos direitos humanos. Acho muito importante que este governo tenha indicado uma pessoa que

representa as organizações não governamentais de direitos humanos. Vejo esta indicação como uma vitória da sociedade civil brasileira”, disse Sylvia Steiner.

O Brasil tem grandes chances de ter seu candidato eleito em fevereiro de 2003, já que vem participando do processo de criação do TPI desde 1998, e tem reconhecida representatividade entre os países latino-americanos. “Acredito que o fato do presidente da República ter indicado o nome de uma mulher magistrada, com experiência em julgamentos, torna ainda mais fácil a escolha do Brasil para compor o Tribunal”, afirma.

O TPI será composto por 18 juízes, com nacionalidades distintas, que representarão grupos regionais do planeta. Cada grupo tem direito a um número específico de representantes, sendo que para a América Latina e Caribe, está previsto um mínimo de três, podendo chegar a quatro juízes.

Sylvia Steiner vem trabalhando na comissão preparatória do TPI, em nome do governo brasileiro, desde 1999, tendo também participado do grupo de trabalho que apresentou ao Ministro da Justiça, no mês passado, o Anteprojeto de Lei que define os crimes de guerra, de genocídio e crimes contra a humanidade em nosso país.

Com uma longa história na luta pelos direitos humanos, a desembargadora tem sua candidatura defendida pelas mais importantes organizações ligadas aos grupos de defesa dos direitos humanos, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Justiça e Paz, e por entidades acadêmicas e de classe, como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito Penal, a Associação Juízes para a Democracia e a Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica.

“As pessoas não agüentam mais ver a impunidade daqueles que cometem crimes de genocídio, crimes contra a humanidade. Ninguém é ingênuo de esperar que os crimes deixem de acontecer, mas pelo menos a impunidade deixará de ocorrer. Esta é a proposta da existência de um Tribunal Penal Internacional”, afirma a desembargadora.

Esta notícia foi visualizada 78 vezes.

Assessoria de Comunicação Social do TRF3 - 3012-1329/3012-1446

Email: imprensa@trf3.jus.br

Notícias: Notícia

 2002 - novembro - 08

BANDA MANTIQUEIRA FECHA PROJETO MUSICAL 2002



“Registro mais uma vez nosso intento de trazer o nome do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Caixa Econômica Federal para a Avenida Paulista, para que possamos fazer uma troca de sentimentos e emoções. Mas registro hoje, especialmente, como um dia de grande felicidade para o Tribunal porque acabamos de combinar com a Caixa que o Projeto Musical na Paulista

terá continuidade durante todo o ano de 2003, com shows a serem realizados, uma vez por mês, neste mesmo local. Não bastasse tudo isso, fechamos os shows deste ano com chave de ouro: a Banda Mantiqueira. Toca, maestro!” E a banda tocou, durante quase duas horas, depois de apresentada pelo presidente do Tribunal, desembargador Márcio Moraes, para o público que lotava o Vão Livre do TRF3.

A Banda Mantiqueira se apresentou hoje (8/11) no Projeto “Sexta Musical na Paulista”, que vêm atraindo cada vez mais a atenção do público pela alta qualidade da música apresentada. Iniciado em agosto, já se apresentaram o grupo Zimbo Trio (16/8), o maestro Nelson Ayres e orquestra (12/9) e Hector Costita e Big Band (18/10), sempre às sextas feiras ao meio dia e meia.

Alda Ayres, gerente de mercado, representou o superintendente da CEF em São Paulo, Augusto Vargas, e trouxe a boa notícia da continuidade do Projeto no próximo ano.

Além dos desembargadores, funcionários do Tribunal, diretores da CEF, o público também incluía pessoas que vieram de longe para ver a Mantiqueira. Seiko Takano, professora de música, Camila Guido, estudante, Rosemary Thuller Franco, desempregada, vieram especialmente para o show. Márcia Lot, advogada, disse que agendou todas as quatro apresentações do Projeto em seu horário de almoço. E Nora Lopes, aposentada, veio ao Banco e foi ficando, “porque essa Banda vale a pena”, disse ela.

A Mantiqueira não deixou por menos. Tocou composições de João Bosco e Aldir Blanc (Prêt-à-Porter de Tafetá, entre outras), canções nordestinas de Luiz Gonzaga a Venâncio e Corumba, passando por Humberto Teixeira (Último Pau-de-Arara, Qui Nem Jiló), Nelson Cavaquinho, Guilherme de Brito, Cartola (Folhas Secas, As Rosas não Falam), além de duas composições do próprio maestro Nailor Azevedo (o Proveta), Bixiga e À Procura. O público pediu bis, e a Mantiqueira fechou o último show do ano com Urubu Malandro, de Lourival de Carvalho e João de Barro, o Braguinha.

A Banda Mantiqueira é formada por 14 músicos, liderada pelo saxofonista Nailor de Azevedo. Seu primeiro CD foi indicado para o *Grammy* de melhor performance de Jazz Latino, em 1998. Em 2000, saiu o segundo CD, “Bixiga”, cujo nome é uma homenagem ao bairro onde mora a maior parte dos músicos. Atualmente a Banda aguarda a edição de CD gravado junto com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, regência de John Neschli, pelo selo Columbia Records.

O Vão Livre do TRF3, onde ocorrem os shows do Projeto, fica na Avenida Paulista, altura do nº1842, São Paulo, Capital.

 [Galeria de Fotos](#)

Esta notícia foi visualizada 80 vezes.

Assessoria de Comunicação Social do TRF3 - 3012-1329/3012-1446

Email: imprensa@trf3.jus.br